



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ  
CORREGEDORIA DE JUSTIÇA DAS COMARCAS DO INTERIOR

Ofício Circular n.º 070/2011-CJCI

Belém, 03 de outubro de 2011.

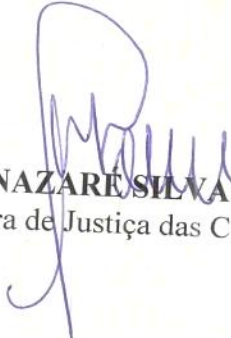
Processo n.º 2011.7.005887-6

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)  
Juiz(a) de Direito da Comarca de

Senhor(a) Juiz(a),

Encaminho a V. Ex.<sup>a</sup> para a devida ciência, cópia da Resolução n.º 134/2011, do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre o depósito judicial de armas de fogo e munições e a sua destinação.

Atenciosamente,

  
Des.<sup>a</sup> **MARIA DE NAZARE SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**  
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**  
**Gabinete da Presidência**

Ofício nº ~~1281~~ 1281/2011-GP


Belém, 18 de julho de 2011.

Excelentíssima Senhora  
Desembargadora **MARIA DE NAZARÉ SILVA GOUVEIA DOS SANTOS**  
Corregedora de Justiça das Comarcas do Interior  
**NESTA**

Senhora Corregedora,

Encaminho cópia do despacho proferido nos autos do Ato Normativo nº. 0002987-53.2011.2.00.0000, do Conselho Nacional de Justiça, acerca da Resolução nº. 134/2011 para ciência e adoção das providências cabíveis.

Atenciosamente,

  
Desembargadora **RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA**  
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará

NO. PROCESSO: 2011.7.005887-6

SECRETARIA CORREGEDORIA INTERIOR

Data Cadastro: 25/07/2011

CLASSE.....: OUTROS

Partes:

REQUERENTE - RAIMUNDA DO CARMO GOMES NORONHA

SECRETARIA - GABINETE DA PRESIDENCIA





---

**ATO NORMATIVO 0002987-53.2011.2.00.0000**

**Requerente:** Conselho Nacional de Justiça

**Requerido:** Conselho Nacional de Justiça

---

Vistos, etc.

À Secretaria Processual para que sejam intimados todos os Tribunais de Justiça dos Estados, os Tribunais Regionais Federais e os Tribunais Militares dos Estados (Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul).

Após, à Eg. Presidência, com nossas homenagens e baixa em nossa tela de movimentação de autos, para acompanhamento do cumprimento do ato normativo.

Brasília, 02 de julho de 2011.

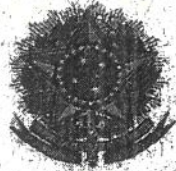
**FELIPE LOCKE CAVALCANTI**  
**Conselheiro**

Esse Documento foi Assinado Eletronicamente por FELIPE LOCKE CAVALCANTI em 02 de Julho de 2011 às 11:36:12

O Original deste Documento pode ser consultado no site do E-CNJ. Hash:

67a955804dba8036df664cf6ec0a0f30





## *Conselho Nacional de Justiça*

**RESOLUÇÃO Nº 134, DE 134 DE JUNHO DE 2011.**

Dispõe sobre o depósito judicial de armas de fogo e munições e a sua destinação.

**O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais,**

**CONSIDERANDO** competir ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), como órgão de controle da atuação administrativa e financeira dos tribunais, a atribuição de coordenar o planejamento e a gestão estratégica do Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** o grande número de armas em depósitos judiciais e que mantê-las em depósito compromete a segurança dos prédios públicos utilizados pelo Poder Judiciário;

**CONSIDERANDO** a importância da participação do Poder Judiciário na retomada da campanha do desarmamento patrocinada pelo Ministério da Justiça;

**CONSIDERANDO** a decisão proferida pelo Plenário do Conselho Nacional de Justiça no Pedido de Providências nº 0001586-24.2008.2.00.0000;

44





## Conselho Nacional de Justiça

CONSIDERANDO o disposto no art. 25 da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003,

### RESOLVE:

Art. 1º As armas de fogo e munições apreendidas nos autos submetidos ao Poder Judiciário deverão ser encaminhadas ao Comando do Exército, para destruição ou doação, nos termos previstos no art. 25 da Lei nº 10.826, de 2003, após a elaboração do respectivo laudo pericial, intimação das partes sobre o seu resultado e eventual notificação do proprietário de boa-fé para manifestação quanto ao interesse na restituição.

§ 1º O Juiz, mediante decisão fundamentada, poderá determinar a guarda da arma de fogo apreendida ou da munição, caso a medida seja imprescindível para o esclarecimento dos fatos apurados no processo judicial.

§ 2º Caso a arma apreendida ou a munição seja de propriedade da Polícia Civil ou Militar, ou das Forças Armadas, será restituída à corporação após a elaboração do respectivo laudo pericial e intimação das partes, ressalvada a hipótese do parágrafo anterior.

Art. 2º Os Tribunais deverão adotar medidas administrativas que impeçam o arquivamento e baixa definitiva de autos de que constem armas apreendidas ou munições sem destinação final.

Art. 3º É vedado, durante o processo ou inquérito, qualquer tipo de carga, cessão ou depósito, em mãos alheias, de armas de fogo e munições apreendidas.

Art. 4º Nenhuma arma de fogo ou munição poderá ser recebida pelo Poder Judiciário, se não estiver vinculada a boletim de ocorrência, inquérito ou processo.

Art. 5º As armas de fogo e munições já depositadas em juízo, como objeto de processo-crime em andamento, fase de execução penal ou arquivados, deverão, no prazo de cento e oitenta dias, ser encaminhadas ao





## *Conselho Nacional de Justiça*

Comando do Exército para os devidos fins, salvo se sua manutenção for justificada por despacho fundamentado.

§ 1º As armas de fogo cujo depósito não tiver a devida justificativa serão encaminhadas à destruição ou doação, nos termos previstos no art. 25 da Lei nº 10.826, de 2003.

§ 2º As armas de fogo e munições que atualmente se encontrem desvinculadas de processos judiciais serão imediatamente encaminhadas ao Comando do Exército para destruição ou doação.

§ 3º Fica facultada a instituição de mutirões com a participação dos Ministérios Públicos, Defensorias Públicas, Ordem dos Advogados do Brasil e Organizações da Sociedade Civil, com vistas à aceleração do procedimento de remessa das armas de fogo ao Comando do Exército.

Art. 6º Recomenda-se aos tribunais que, no âmbito de sua competência, celebrem convênio com a Secretaria de Segurança Pública, para garantir que a apreensão de armas de fogo ou munições, pela polícia militar ou civil, seja, antes da elaboração do respectivo auto, imediatamente comunicada à autoridade judiciária responsável, ou a órgão judiciário designado para tanto.

Parágrafo único. Recomenda-se ainda que, quando possível, a comunicação e seu arquivamento sejam processados por via eletrônica.

Art. 7º As Assessorias Militares dos Tribunais estaduais e federais, no prazo de cento e oitenta dias, deverão elaborar ato normativo que discipline a identificação, a guarda e o transporte periódico das armas e munições de todas as unidades judiciárias para o Comando do Exército.

Parágrafo único. A remessa das armas ao comando militar deverá ser providenciada pelo menos, duas vezes ao ano.

Art. 8º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Ministro Cezar Peluso  
Presidente